Traduções

n. 38, p. 1-36, jan.-abr. 2025
ISSN-e: 2359-0092
DOI: 10.12957/revmar.2025.91384

História rural em perspectiva comparada: a tradição historiográfica francesa no contexto europeu

Laurent Herment

Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais
Paris, França

Recebido em: 09 dez. 2024 **Aprovado em:** 25 jan. 2025 **Publicado em:** 30 abr. 2025

Artigo avaliado internamente pela Equipe Editorial.

Originalmente: HERMENT, Laurent. L'histoire rurale française au regard de l'Europe. HERMENT, Laurent (Dir.). *Histoire rurale de l'Europe (XVIe-XXe siècle).* Paris: Ed. EHESS, 2019. Publicação da tradução e do texto original autorizadas pelo autor e pela Editora da École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Tradução de **Inoã Pierre Carvalho Urbinati** (Professor e Tradutor do francês. Doutor em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Revisão da Tradução de **Beatriz de Moraes Vieira** (Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História; Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense) e **Marina Monteiro Machado** (Professora Associada da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Ciências Econômicas; Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense).

* Diretor de Pesquisa da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais (EHESS) - Centro Nacional de Pesquisas Científicas (CNRS), Centro de Pesquisas Históricas (CRH), Equipe de Pesquisa pela História do Mundo Rural (ERHIMOR), França. Doutor em História e Civilizações pela EHESS. E-mail: laurent.herment@ehess.fr

https://orcid.org/0000-0002-3539-683X http://crh.ehess.fr/index.php?3086

Resumo

Este artigo analisa o percurso da história rural francesa, ressaltando suas contribuições e os desafios à consolidação de uma interlocução mais ampla com outras historiografias europeias. A tradição francesa, marcada pela influência das *Annales* e por obras de referência como as de Joseph Goy e Emmanuel Le Roy Ladurie, teve papel pioneiro em áreas como a demografia histórica, a climatologia e a história política do mundo rural. No entanto, o enfoque territorial e o predomínio de estudos regionais contribuíram para uma percepção de fragmentação e certa dificuldade de diálogo com modelos interpretativos mais integradores, como os desenvolvidos na historiografia anglo-saxônica e neerlandesa. Trabalhos de autores como Philip Hoffman, Fernand Braudel, Robert Allen e Jan de Vries propuseram abordagens voltadas para as dinâmicas de crescimento agrícola, as instituições e as transformações estruturais de longa duração, renovando o debate sobre temas como a "pequena divergência" e a "revolução *industrieuse*". Em conclusão, propõe-se que a historiografia francesa, longe de estar superada, permanece fundamental para o campo da história rural e pode se beneficiar de uma renovação baseada na articulação entre processos locais e macroescalas históricos.

Palavras-chave: História Rural. Historiografia Europeia. Crescimento Agrícola.

Translations

n. 38, p. 1-36, Jan.-Apr. 2025
ISSN-e: 2359-0092
DOI: 10.12957/revmar.2025.91384

Rural History in Comparative Perspective: The French Tradition within the European Historiographical Landscape

Laurent Herment

School for Advanced Studies in the Social Sciences
Paris, France

Received: 09th Dec. 2024 **Approved:** 25th Jan. 2025 **Published:** 30th Apr. 2025

Paper evaluated internally by the Editorial Team.

Originally published as: HERMENT, Laurent. L'histoire rurale française au regard de l'Europe. In: HERMENT, Laurent (Ed.). *Histoire rurale de l'Europe (XVIe–XXe siècle)*. Paris: EHESS Ed., 2019. Translation and original text published with the authorization of the author and the École des Hautes Études en Sciences Sociales publishing house.

Translated by **Inoã Pierre Carvalho Urbinati** (Professor and French Translator. PhD in History from the State University of Rio de Janeiro), Translation Revised by **Beatriz de Moraes Vieira** (Associate Professor at the State University of Rio de Janeiro, Institute of Philosophy and Social Sciences, Department of History; PhD in Social History from the Fluminense Federal University) and **Marina Monteiro Machado** (Associate Professor at the State University of Rio de Janeiro, School of Economic Sciences; PhD in Social History from the Fluminense Federal University).

* Director of Research at the School for Advanced Studies in the Social Sciences (EHESS) – National Center for Scientific Research (CNRS), Center for Historical Research (CRH), Rural World History Research Team (ERHIMOR), France. PhD in History and Civilizations from EHESS. E-mail: laurent.herment@ehess.fr

https://orcid.org/0000-0002-3539-683X http://crh.ehess.fr/index.php?3086

Abstract

This article analyzes the trajectory of French rural history, highlighting its contributions and the challenges to establishing a broader dialogue with other European historiographies. The French tradition, marked by the influence of the *Annales* school and foundational works by Joseph Goy and Emmanuel Le Roy Ladurie, played a pioneering role in areas such as historical demography, climatology, and the political history of the rural world. However, the territorial focus and predominance of regional studies contributed to a perception of fragmentation and some difficulty in engaging with more integrative interpretative models, such as those developed in Anglo-Saxon and Dutch historiography. Works by authors like Philip Hoffman, Fernand Braudel, Robert Allen, and Jan de Vries proposed approaches focused on the dynamics of agricultural growth, institutions, and long-term structural transformations, renewing the debate on topics such as the "little divergence" and the "industrial revolution." In conclusion, it is proposed that French historiography, far from being outdated, remains fundamental to the field of rural history and can benefit from renewal based on the articulation between local processes and macro-historical scales.

Keywords: Rural History. European Historiography. Agricultural Growth.

A obra de Marc Bloch, *Les caractères originaux de l'histoire rurale française* (1988 [1931]), que durante muito tempo foi uma autoridade, constitui sempre uma referência fundamental para os pesquisadores franceses.[1] O livro *Histoire de la France rurale*, publicado durante os anos 1970 (Duby e Wallon, 1975-1977), representa, aos olhos dos não especialistas, outra referência fundamental, mesmo que o problema do crescimento não seja sempre considerado segundo métodos propriamente historiográficos, enquanto paradoxalmente uma transformação radical das estruturas agrárias ocorre no momento da publicação dos quatro volumes que a compõem. A despeito da importância da produção historiográfica nacional e internacional desde 1976, data do lançamento do quarto volume da *Histoire de la France rurale*, o grande público se interessa pouco por esse campo de pesquisa, e os historiadores franceses ainda menos.[2]

Essa indiferença do público francês se associa com aquela de uma parte dos nossos colegas estrangeiros pela produção francesa.[3] Eles citam muito pouco, quiçá ignoram totalmente, as produções em língua francesa. Quando se trata de fazer referência ao tema do crescimento agrícola na França durante o período moderno e o século XIX, nossos colegas estrangeiros contam com os trabalhos, publicados em inglês, de Philip Hoffman (1996), Jean-Laurent Rosenthal (1992) e Georges Grantham (1993). Podemos admitir, num primeiro momento, que apenas os trabalhos de Paul Bairoch (1989) escapam a essa maldição.[4] Esse desinteresse reflete, sem dúvida alguma, o triunfo do inglês no campo acadêmico e a propensão dos autores anglo-saxões que pesquisam sobre a França a compor preferencialmente bibliografias em língua inglesa, ainda que existam numerosas referências francesas pertinentes, muitas vezes úteis, às vezes indispensáveis. Mas a fácil derrota do francês frente ao inglês não explica tudo.

1 Existem naturalmente referências mais recentes. Ver: Mayaud (1999), Jessenne (2006), Béaur (2009). O leitor encontrará nessas diferentes obras bibliografias muito completas.

2 Ver também Grantham (1997) e Béaur (2012).

3 A indiferença em relação à historiografia francesa naturalmente não é universal. Ela permanece influente na América Latina e na Itália, por exemplo.

4 Os trabalhos de Toutain (1994) evitam parcialmente esse desastre em razão das séries estatísticas que ele produziu. Sobre a crítica dos seus primeiros trabalhos, ver Le Roy Ladurie (1968). É preciso também citar os trabalhos em língua inglesa das equipes da Paris School of Economics em torno de Postel-Vinay, Bourdieu, Rosenthal etc. que se interessam por certos aspectos da história dos campos. Citemos enfim três artigos importantes, Heffer, Chanut e Mairesse (1986), Bompard, Magnac e Postel-Vinay (1990) e Magnac e Postel-Vinay (1997).

Do início dos anos 1930 ao início dos anos 1960, a história rural francesa e suas fontes permitiram abrir pistas novas. Quanto a isso, a obra de Ernest Labrousse, *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIIIe siècle* ([1933]), publicada antes da guerra, constitui talvez umas das primeiras tentativas de apreensão centradas na apreensão do movimento global dos preços no longo prazo na escala de um país.[5] Se ela em si mesma não é um trabalho de história rural, ainda assim não podemos subestimar o papel do seu autor na história rural francesa. Contamos, dentre os historiadores que ele influenciou, e que, durante suas carreiras, participaram da difusão da história rural, Maurice Agulhon, Pierre Villar, Alain Corbin, Paul Bois, Manuel Garden, Emmanuel Le Roy Ladurie, Georges Dupeux, Pierre Goubert, etc.,[6] mas também Jean Meuvret, Jean Jacquart, Georges Frêche e, claro, Michel Morineau. Essa lista não tem como propósito despertar as lembranças de uma glória passada. Ela constata a influência que a história das sociedades rurais usufruía até o final dos anos 1970. Longe de ficarem confinados na história rural, alguns trabalhos dessa geração de historiadores marcaram época na história do clima, demografia histórica, história antropométrica, história política, econômica, cultural, etc. O clima dominante na historiografia francesa era então rural.[7]

De forma bastante paradoxal, a despeito de sua influência, a história rural francesa demorou para afirmar sua autonomia, particularmente em relação aos países anglo-saxões. Enquanto que nos Estados Unidos, a Agricultural History Society festeja esse ano seus 100 anos e que na Inglaterra,[8] o primeiro volume da *Agricultural History Review* era lançado em 1953, foi preciso aguardar 1994 para que fosse lançado o primeiro número de *Histoire et*

5 Duas outras obras essenciais surgem na mesma época na Alemanha e na Inglaterra: Abel (1974 [1935], e Beveridge (1939). A despeito da quase simultaneidade dessas publicações, convém destacar que essas obras seguem problemáticas muito diferentes. A obra de Beveridge é bastante decepcionante, como já notava Rostow (1940). Quanto a Abel (1974, p. 22-28), critica Labrousse por apresentar uma interpretação simplista das crises do Antigo Regime e de seus efeitos.

6 Podemos também citar entre seus alunos Jean-Claude Perrot, Adeline Daumard, Jean Bouvier etc. Bastante paradoxalmente, Georges Lefebvre não teve uma tal posteridade. Observamos, porém, que as obras mais importantes deste último, *La Grande Peur* (1932) e *Les Paysans du Nord* (1972) tornaram-se importantes chaves de leitura para os historiadores do mundo rural do período revolucionário. É preciso enfim observar que seus *Études orléanaises* (1963) constituem testemunhos duplamente indispensáveis. Com efeito, independentemente da sua qualidade, essa obra póstuma configura-se enquanto um raro testemunho sobre o conteúdo dos arquivos do Loiret antes de serem irremediavelmente destruídos em 1940.

7 Ver também Béaur (1994) e Aymard (1995). Ver enfim a contribuição importante e crítica de Thoen (1995).

8 O primeiro volume de *Agricultural History* norte americana é lançado em 1927, mas várias publicações precederam esse número pioneiro.

Société Rurale.[9] Mas não era já muito tarde? De hegemônica, a história rural tinha se tornado periférica.[10] Se examinarmos a trajetória da história rural à moda francesa, o paradoxo é apenas aparente.

Em sua conclusão de seus *Caractères originaux*, Marc Bloch (1988, p. 257) observava que, "apesar de algumas excelentes monografias regionais, a evolução agrária do século XIX e dos princípios do século XX (era) ainda muito mal conhecida para chegar a ser resumida, sem deformações". Uma geração de historiadores penetrou na brecha. A tese de P. Goubert (1960), ainda que focada no Beuvais no século XVII, constitui um marco essencial na efetivação desse programa de pesquisas.

Entretanto, Fernand Braudel destacava, em 1963, a respeito desse trabalho "que não se deverá exigir muito, fora seu próprio testemunho, desse livro saboroso". Achava o período estudado por P. Goubert muito curto e seu campo muito estreito (2.500 km^2). Repreendia também por uma visão fixa, "monótona", "invariável", da sociedade, da demografia e dos sistemas agrários. Recriminava, ainda, por não se interessar ao problema do crescimento e dos ciclos de longo prazo, e não ousar compilar seu trabalho "sob outras rubricas, sob uma luz diferente, mais nova", de não o situar sob o sinal dos "meio-Kondratieff", dos ciclos de longa duração, dos ciclos seculares! Em suma, a história econômica de Goubert era uma "narrativa de eventos" (Braudel, 1963, p. 773; 776).[11]

Mas F. Braudel reserva para o final a crítica mais contundente. A conclusão da revisão merece ser citada na totalidade, tanto por sua brutalidade, como por seu caráter premonitório:

> Eu desejo [...] que os jovens historiadores franceses não se atirem de cabeça em empreendimentos análogos à dos discípulos prestigiosos de Vidal de La Blache, estudando as diversas regiões do mosaico francês, uma após a outra. Não é nem o bailiado, nem o país, nem a região, ainda menos o departamento para os períodos recentes, que constituem o verdadeiro quadro da pesquisa. Mas sim o problema. Lucien Febvre não cessou de dizê-lo. E a única crítica que eu faço realmente ao belo livro de Pierre Goubert, é de não apresentar perfeitamente o problema (Braudel, 1963, p. 778).

9 A SEHA (Sociedad Espanola de Historia Agrária) publica o primeiro volume de *Historia Agraria* em 1990. Apenas a Itália parece mostrar um atraso em relação à França. O relativo desinteresse pela história rural a partir de 1990 não deu lugar à publicação de uma revista especializada. No entanto alguns historiadores italianos permanecem influentes como indica o sucesso internacional da obra de Federico, 2005.

10 Nesse sentido, a evolução da revista *Ruralia*, na qual o lugar dos trabalhos propriamente históricos é muito reduzido, é bastante sintomática.

11 Na mesma época, na segunda edição de sua obra, Abel (1974, p. 13) insistia ele também na necessidade de se interessar pelo tempo longo e de se apoiar nos conceitos econômicos.

Uma leitura superficial do que precede seria capaz de deixar pensar que poderíamos opor o programa de pesquisa proposto por M. Bloch àquele proposto por L. Febvre. O que evidentemente pode ser classificado com um absurdo. É preciso, na verdade, se perguntar se o programa de Bloch não foi mal orientado, ou, no mínimo, se sua recepção não deu lugar a um mal-entendido. E, em particular, se a questão do crescimento agrícola, que aliás é central em M. Bloch, finalmente não é marginal na recepção monográfica dos *Caractères originaux*.[12]

O alerta de F. Braudel não foi sempre escutado. Os especialistas do século XIX seguiram os passos de P. Goubert: Gabriel Désert (1977) no Calvados, Jean-Claude Farcy (1986) na Beaucé, Ronald Hubscher (1979-1980) no Passo de Calais e muitos outros que é impossível citar aqui. Com relação ao período moderno, citaremos aqui Jean-Michel Boheler (1995) para a Alsácia, ou ainda G. Frêche (1974) para Toulouse. Mesmo que, certamente, para me ater a um exemplo preciso, não se critique este último por não fazer "história-problema", ou por não transformar toda questão histórica em problema (às vezes em problemas pessoais). No fundo, a tese sonhada por F. Braudel (1963, p. 772) era aquela de René Baehrel (1961) sobre a Baixa Provença na época moderna: trabalho de longa duração, questionamento da ideia de imobilidade das estruturas agrárias, referência constante à economia e aos métodos estatísticos. Ademais, F. Braudel claramente opõe o trabalho de R. Baehrel àquele de P. Goubert.[13] Em última análise, a história rural produziu poucas teses ou obras conformes ao desejo de F. Braudel. Mas ela não ignorou, longe disso, todos os seus ensinamentos. Para nos atermos ao espaço francês, outros trabalhos permitiram sair da rotina. Citaremos, a título de exemplos, as teses de Hugues Neveux (1974), de Gilles Postel-Vinay (1974), de Gérard Béaur (1984), de Jean-Marc Moriceau (1994), os trabalhos de Annie Antoine (1994) sobre as pequenas propriedades do Oeste, aqueles de Laurence Fontaine (1993) sobre os vendedores ambulantes dos Oisans e o crédito, ou enfim, aqueles de François Sigaut (Bourrigaud; Sigaut, 2007; Morlon; Sigaut, 2008) sobre as técnicas agrícolas.

O cruzamento dos diferentes aspectos do duplo programa que os fundadores dos *Annales* fixavam para a história rural francesa encontrou sem dúvida uma de suas melhores traduções na obra coletiva sobre os dízimos dirigida por Joseph Goy e por E. Le Roy Ladurie (1973; 1982). Aqui o problema histórico está claramente colocado: como medir o crescimento da produção agrícola na ausência de fontes diretas? A resposta é dada pelos arquivos dos dízimos. Apesar de seus defeitos e de suas lacunas, elas oferecem um ponto de vista único sobre as evoluções de longo prazo da produção. Mas, ao mesmo tempo em que demonstrava que investigações coletivas podiam responder a uma questão essencial na história rural e na

12 Procurarmos as estruturas e as permanências das sociedades locais. Para encontrar interrogações fecundas sobre esse tema é preciso ler Labrousse, Le Roy Ladurie, Meuvret e Morineau.

13 Podemos também citar o trabalho de Meuvret (1987).

história econômica, não apenas na França, mas também no exterior, essa obra é contemporânea do colapso da história rural francesa. Quatro razoes intimamente ligadas permitem explicar ao mesmo tempo o destino do livro e da disciplina.

De um lado, a obra não traz uma resposta clara à questão colocada. Os resultados podiam ser interpretados de maneira muito diversa, quiçá contraditória. Uns viam neles a prova da uma estabilidade de longo prazo dos rendimentos entre o final da Idade Média e meados do século XIX (Cf. Morineau, 1971); os outros detectavam um leve estremecimento no século XVIII, conforme deixa supor o crescimento da população francesa naquela época. De outro lado, G. Frêche e M. Morineau questionaram a confiabilidade das fontes e a necessidade de levar em conta suas imperfeições e os contextos locais.[14] Enquanto que muitos historiadores especialistas do mundo rural contestavam a estabilidade dos rendimentos, em particular no século XVIII, as críticas de M. Morineau e de G. Frêche convenceram, talvez equivocadamente, e prejudicaram a credibilidade da história econômica quantitativa nesse campo, pelo menos na França. Indubitavelmente, alguns concluíram que era preciso voltar aos estudos locais, o que certamente não era o objetivo de M. Morineau e de G. Frêche, e que era preciso dar uma atenção reforçada às fontes e às suas armadilhas. Enfim, a ideia do imobilismo do mundo rural saía reforçada da polêmica. O debate sobre o crescimento da produção agrícola na França estava findo antes de eclodir.[15]

Independentemente do destino da obra de J. Goy e de E. Le Roy Ladurie, os historiadores franceses do mundo rural carregam possivelmente uma responsabilidade no apagamento dos estudos rurais do campo acadêmico e em sua ausência de visibilidade na cena internacional. Longe de serem todos adeptos do longo prazo e/ou das vastas perspectivas, eles permanecem frequentemente ligados aos horizontes de seu território ou de sua região de predileção, e a arcos temporais bastante estreitos em relação às ambições de F. Braudel. Muitos continuam a cavar o sulco traçado por P. Goubert. Daí a pensar que eles teriam se tornado os especialistas de uma história destinada a um público de amadores e de curiosos, prioritariamente ávido de genealogia, visceralmente ligado a uma história imóvel, há apenas

14 A micro-história constitui uma outra via de renovação potencial dos estudos rurais. Ver a esse propósito Poni (1978), que faz explicitamente referência à primeira obra dirigida por Goy e Le Roy La Durie. A despeito de seu interesse, não consideraremos essa questão aqui. Destaquemos simplesmente que o exercício monográfico (regional ou departamental) se opõe frontalmente aos métodos da micro-história.

15 Encontraremos na contribuição de Olsson e Svensson a esse volume um eco muito distante e totalmente apaziguado dos debates que as obras de Goy e Le Roy La Durie provocaram. Encontraremos nela também a contribuição original de Pfister à questão do crescimento agrícola no século XVIII. Os dízimos dão sempre lugar a polêmicas. Arnoux, que defende a ideia de que o imposto fiscal constitui um meio de assistência, faz alusão a uma polêmica que aconteceu em 2006 em Helsinki, quando do World Economic History Congress, onde suas posições foram fortemente contestadas. Tendo sido participante dessa discussão, posso testemunhar a virulência de certos colegas. A esse propósito, ver Arnoux (2012, p. 252).

um passo. Definitivamente, mais do que periférica, a história rural teria se tornado, aos olhos dos não especialistas, provinciana, com tudo que esse termo comporta de pejorativo.

Mais do que colocar a ênfase na história-problema e utilizar os métodos da economia, da sociologia, da antropologia etc., os historiadores ruralistas priorizariam o seu objeto: um território, uma região, um departamento, um baliado e suas populações. As críticas que F. Braudel dirige à P. Goubert, são, enfim, sobre uma outra dimensão essencial sobre a qual convém retornar: o caráter "de evento" da história econômica das sociedades rurais nos trabalhos de história rural. A história das sociedades rurais é desde então percebida como uma história imóvel, unicamente pontuada por ciclos de curto prazo ou por eventos.[16] Ora, como fazer uma história que seja "inspirada pelas questões do presente" a partir da representação de uma sociedade imóvel?[17] O fato é que economistas, politólogos e sociólogos tenham pilotado o quarto e último volume da *Histoire de la France rurale* diz muito sobre o descrédito dos historiadores especialistas da ruralidade desse ponto de vista. Enquanto que, entre 1945 e 1975, as sociedades rurais e os sistemas rurais subiam mudanças sem precedentes, bom grado, mal grado, os historiadores ruralistas, postulando, aparentemente, a imobilidade das sociedades rurais, eram incapazes de responder às questões do tempo presente? De fato, nenhum historiador, salvo erro de minha parte, trabalhava nessa época com transformações que eram concebidas como uma história do tempo presente,[18] enquanto que, ao mesmo tempo, os sociólogos rurais reivindicavam cada vez mais a inscrição de suas pesquisas na duração temporal (Cf. Jollivet, 1990).

Essas críticas não são sempre fundamentadas, e são, às vezes, injustas. As respostas dos estudiosos do mundo rural se situam em vários planos bem distintos. Um historiador do rural moderno ou contemporâneo, em particular, afirmará, com justa razão, que é impossível fazer

16 Braudel (1963, p. 775) opõe claramente os ciclos Juglar (de curto prazo) aos ciclos Kondratieff ou aos ciclos de longuíssimo prazo. É preciso também ler a lição de Le Roy Ladurie (1974, p. 690) no Colégio da França que evoca o "não se tornar das massas inumeráveis". Em última análise, que os ciclos sejam longos ou curtos, que eles sejam comandados por imperativos biológicos ou pelas escansões de curto prazo da demografia, continua o fato de que segundo o autor, entre os séculos XIV e XVII, o mundo rural é profundamente imóvel. No que concerne o século XVIII, Le Roy Ladurie considera que houve crescimento da produção. Sob esse ponto de vista, ele se distingue das conclusões de Morineau que afirma que os rendimentos do começo do século XIX não são mais elevados do que os melhores rendimentos medievais.

17 Eu tiro essa fórmula do artigo de Revel (1979, p. 1365).

18 É interessante observar que pouquíssimos historiares do rural se reconheceram nessa síntese. Já, o volume 3 havia provocado um mal-estar que Sigaut (1977) expressava ao seu modo: "o livro que eu acabo de ler não é aquele que eu esperava", observa ele na introdução antes de se entregar a uma crítica sem concessão das insuficiências da obra sobre as quais retornaremos na conclusão.

a história dos sistemas agrários evitando um mergulho em águas profundas nos depósitos de arquivos. Mesmo se não é impossível, é dificilmente imaginável em larga escala e em arcos temporais longos, até mesmo muito longos. O apego ao território não remete necessariamente a uma atitude de recuo. Esta leva em consideração a multiplicidade de fontes, de sua profusão, que ultrapassa às vezes as forças de um historiador solitário. Para responder a esse desafio Micheline Baulant se lançou em investigações de longo prazo sobre temas precisos.[19] Que tais investigações tenham permitido chegar a resultados inovadores, isso não nos interessa aqui, sua existência demonstra que é possível repensar a relação da história rural com seu espaço.[20]

A história rural não é aquela de um mundo imóvel. Basta ler, por exemplo, entre muitos outros, as páginas de G. Désert sobre a extensão progressiva das pastagens no Calvados, que é um movimento comum a uma grande parte da Europa ocidental, ou a labilidade dos sistemas agrários do Passo de Calais descritos por R. Hubscher - eliminação das oleaginosas e das ovelhas em favor do açúcar de beterraba, da cevada e do trigo – para se convencer disso. Seria absurdo pensar que essas observações são estritamente folclóricas. Não apenas elas demonstram que tudo é possível em agricultura: inclusive o recuo e o desaparecimento do pousio, inclusive a redefinição completa dos sistemas agrários no espaço de uma ou duas gerações, quiçá mais rapidamente. Mas, em seu modesto nível, elas permitem explicar o forte aumento da ração de carne no regime alimentar dos habitantes das regiões oeste-europeias, o crescimento do consumo de açúcar entre os mais pobres, e os inícios da importação dos grãos oleaginosos exóticos. Nenhum desses fenômenos é irreversível e seus ecos repercutem ainda hoje num quadro que ultrapassa largamente o da história rural. Poderíamos fazer as mesmas observações para numerosos trabalhos relacionados à história moderna.

Mais fundamental ainda, a história rural e a efetivação de problemáticas ou de métodos inspirados da economia são perfeitamente imagináveis a partir de um arco temporal relativamente curto – na escala braudeliana – ou de um campo geográfico relativamente estreito. As contribuições de Mats Olsson e Patrick Svensson e de Wouter Ronsijn nesse volume testemunham essa capacidade dos historiadores ruralistas de respeitar as regras da história-problema e/ou da história quantitativa enquanto mantêm uma raiz local. Melhor, até,

19 Citaremos por exemplo suas pesquisas sobre os inventários de óbitos da Brie dos séculos XVII e XVIII, das quais um dos frutos carrega o título revelador: "A apreciação do nível de vida. Um problema, uma solução" (Baulant, 1989). Poderíamos também citar os trabalhos de Postel-Vinay sobre o crédito no mundo rural. Ver em particular Postel-Vinay (1998).

20 Poderíamos também citar os trabalhos de Hoffman ou aqueles de Chevet. Para este último, ver Chevet, Lecoq e Visser (2011).

21 Para um exemplo recente, ver Le Bris e Tallec (2018).

eles estão às vezes em condições de reinterrogar as categorias da economia política. Eles podem, portanto, reivindicar a herança de M. Bloch e L. Febvre. Mas é preciso admitir que não é sempre o caso, e que a advertência de F. Braudel permanece atual.

É preciso enfim evocar um outro elemento, que exerceu um papel particularmente importante no destino da história rural na França. A abordagem essencialmente territorial adotada pelos historiadores do mundo rural deixou os não especialistas pensarem que cada autor era o especialista de um espaço. G. Désert *é* o especialista do Calvados assim como Henri-Ronald Hubscher é o especialista do Passo de Calais etc.

A ambição de exaustividade, carregada pelas monografias regionais e pela busca de estruturas de longa duração em um território claramente específico, foi, no fim das contas, uma armadilha que deu lugar a trabalhos que pareciam mais como inventários, em razão da vontade mesma de exaustividade dos autores. Além disso, a ênfase colocada nas estruturas se chocava com a infinita variedade das paisagens rurais e com a recorrência de riscos conjunturais. Diante de uma história-problema, que poderíamos qualificar de forma provocante de desterritorializada, o historiador do mundo rural é realmente muito sensível às inflexões da conjuntura e às torções do espaço social e da geografia, precisamente porque os mundos rurais são, eles próprios, muito sensíveis à conjuntura e são infinitamente variados. Assim, por um efeito de bumerangue, os trabalhos de história rural foram por fim percebidos, muitas vezes de forma equivocada, como tantos catálogos de fontes ou como crônicas mais preocupadas com eventos e detalhes que conduziam no final à fragmentação das estruturas. Mas há algo mais grave. Ao desenterrar as fontes e assinalar os menores desnivelamentos no campo social, os historiadores os historiadores do rural geraram uma percepção de que tudo havia sido dito: individualmente, sobre o espaço que eles estudavam, e coletivamente, sobre a história das sociedades rurais. Ora, como pensar que tudo havia sido dito, que os espaços rurais do passado se tornaram transparentes? Não haveria mais nenhum problema novo a resolver sobre o Calvados ou sobre o Passo de Calais, por exemplo? Não haveria meio de reinterrogar as fontes, de as libertar das perspectivas que haviam sido aquelas dos anos 1960-1980? Não há boas razões para reinvestir no lugar?

Ao passo que, aos olhos dos não especialistas, a trajetória da história rural "à francesa" pareceria imóvel, aquela da historiografia europeia, em primeiro lugar anglo-saxônica e neerlandesa, mas também escandinava, italiana ou espanhola, por exemplo, foi muito diferente.[22] Desde meados dos anos 1960, os historiadores do rural estrangeiros se

22 O sentimento de supersaturação que evocamos foi reforçado pelo lançamento da *Histoire de la France rurale* que, aos olhos dos não especialistas, parecia encerrar definitivamente o tema. No entanto, basta comparar a *Histoire de la France rurale* e a *Agrarian History of England and Wales*, dirigida por Joan Thirsk, para medir o fosso que separa a historiografia francesa da historiografia anglo-saxônica, ainda que o interesse da *Agrarian History* tenha sido às vezes questionado na Além-Mancha, retornarei a isso.

apossaram do programa delineado por M. Bloch, L. Febvre e F. Braudel, sem necessariamente a eles fazer referência.[23]

Uma visão geral da evolução da historiografia em língua inglesa permitirá colocar em perspectiva o interesse da presente obra. Para entendê-la, é preciso uma vez mais retornar à M. Bloch. Em seus *Caractères originaux*, ele evocava três grandes sistemas agrários: o sistema inglês, caracterizado pela emergência, em seguida aos movimentos dos cercamentos, de grandes fazendas de tipo capitalista, o modelo prussiano, marcado pela irresistível ascensão dos junkers e pela sujeição das massas, no quadro da segunda servidão, e o contramodelo francês, onde o campesinato conseguiu resistir, com a ajuda do poder rural, aos avanços dos burgueses e dos nobres sobre suas propriedades e os usos da terra.[24] Esses três modelos, às vezes largamente questionados, serviram de quadros de referência a gerações de historiadores. A obra de M. Bloch leva a outra observação muito importante para a sequência de nossa conversação. Alargando o campo de investigação dos pesquisadores, ela permite apreender a diversidade das questões e das problemáticas que é preciso considerar afim de ultrapassar o horizonte malthusiano que durante muito tempo comprometeu os progressos da história rural na Europa, na França mais do que em outro lugar, talvez.

A presente obra não pretende instituir um diálogo entre diferentes historiografias nacionais, que objetivaria questionar os diferentes modelos evocados por M. Bloch. Não se trata também de fazer comparações, mas de deixar a cada autor a liberdade de desenvolver suas próprias problemáticas, afim de multiplicar os pontos de vista sobre a questão do crescimento agrícola em diferentes países europeus. Esse princípio de liberdade deve-se não apenas à diversidade das abordagens que os autores adotam, mas também à necessidade de propor uma síntese que faça sentido. Durante os períodos moderno e contemporâneo, o crescimento agrícola e sua medida são fenômenos muito complexos para se curvar a um modelo único e a um padrão de medida unívoco. Além do problema das fontes, que cada autor irá evocar, podemos sintetizar, breve e esquematicamente, aqueles levantados pela definição do crescimento, de sua medida e identificação desses motores, sob a forma de quatro séries de interrogações.

- A primeira é óbvia. O que compreendemos por crescimento agrícola? Um aumento das quantidades produzidas acompanhadas de uma elevação dos níveis de vida das populações

23 É preciso aqui estabelecer uma nítida distinção entre os autores dos anos 1960, que muito frequentemente liam francês e para os quais a escola dos *Annales* representaria um verdadeiro ímã, e os autores contemporâneos, para os quais o francês é às vezes uma língua secundária e que conhecem mal, às vezes ignoram quase completamente, a historiografia francesa. Destaquemos, contudo que essa observação não vale para os colaboradores desta obra.

24 Não temos a pretensão aqui de resumir a obra de Bloch, que se interessa mais particularmente à confrontação dos modelos francês e inglês, ver em particular Bloch (1988, p. 162-ss).

rurais? A capacidade dos sistemas agrários de simplesmente suportar o crescimento demográfico? O aumento do valor da produção agrícola, independentemente da carga demográfica interna e externa às quais os sistemas agrários devem responder?

- A medida do crescimento apresenta ela própria problemas difíceis de resolver. Deve-se reter a evolução da produtividade por hectare, aquela da produtividade por trabalho, aquela da relação da colheita ao semeio, ou enfim, aquela da produtividade global dos fatores, como propõe P. Hoffman para a França do período moderno?[25]

- Várias interrogações relacionam-se aos motores do crescimento. Será a população, como propõe Ester Boserup (1971), a evolução tecnológica (a introdução da *convertible husbandry*[26] cara aos historiadores ingleses e neerlandeses), o desenvolvimento das emendas, a introdução das forragens artificiais,[27] a utilização de adubos orgânicos e depois químicos, a introdução das plantas americanas – batata e milho em particular -, a reorganização das rotações, uma melhor gestão dos ciclos de matéria, de energia e de nutrientes?[28] Será a emergência de novas instituições, que definem e protegem os proprietários e garantem a aplicação dos contratos, como propõe Donald North? (North; Thomas, 1980). Será a abertura dos mercados, nacionais e internacionais, que favorece a emergência e desenvolvimento de novas especializações? Será a revolução industriosa que teria ocorrido na Europa do Norte-Oeste por volta de 1600-1750? (De Vries, 1994 e 2008). Enfim, que lugar é preciso conceder às restrições climáticas que favorecem ou bloqueiam a adoção de inovações técnicas?

- Um último questionamento remete à temporalidade dos fenômenos de crescimento e à sua localização geográfica. Quando e onde começa o crescimento agrícola? Segundo que vias e em que ritmos? Como ele se articula à difusão dos progressos agrícolas? Os

25 Esse método permite medir a parte do crescimento da produção que não está ligada ao crescimento da quantidade de fatores (terra, trabalho, capital) utilizados na produção. O resíduo, mais ou menos importante, pode ser considerado como uma medida de efeito sobre o crescimento do progresso técnico ou de uma melhor organização da produção. Ver Hoffman (1996; 1991).

26 A *convertible husbandry* consiste em fazer alternar os cereais com as leguminosas (trevo, esparceta, lupulina) e as plantas forrageiras (nabos), o que permite ampliar a carga de gado nas fazendas e reduzir o pousio, quiçá de a fazer desaparecer.

27 Sobre a expansão da lupulina e da alfafa indicaremos os trabalhos de Ambrosoli (1997).

28 Essa questão é agora largamente estudada pela história rural, em particular na Espanha e na Áustria (Cf. North; Thomas, 1980).

29 Segundo Bloch, Slicher van Bath, e muitos outros, a Itália constituiria o berço da revolução das forragens. De lá, ela teria passado para a Flandres, antes de manifestar seus efeitos nas Províncias Unidas e em seguida na Inglaterra. A leitura da presente obra demonstrará que não se trata simplesmente de uma questão de precedência. Essa questão assume uma certa importância nos desenvolvimentos contemporâneos da história econômica.

historiadores ingleses, engajados há várias décadas nesses debates, ainda não os resolveram.[30] A resposta depende de maneira crucial daquelas que traremos às duas primeiras séries de interrogações, sobre a definição e a medida do crescimento agrícola. Ela é tanto mais importante que ela terá um impacto na resposta à terceira série, isto é, sobre a caracterização dos motores desse crescimento.

Então, tantas perguntas, tantas respostas? Sim, e a lista está longe de ser exaustiva. Veremos que cada colaborador desta obra traz sua pedra ao edifício. É o que explica minha vontade de não fornecer nenhuma apreciação crítica às hipóteses e às respostas que eles propõem.

O fenômeno do crescimento agrícola pode ser apreciado apenas no longo prazo. A historiografia francesa enfatizou durante muito tempo as crises, em particular as crises de subsistência. Essa insistência por vezes prejudicou a compreensão das dinâmicas de crescimento e de progresso no longo prazo. Temos o sentimento de que na época moderna, às vezes até o século XIX, a crise é o estado normal da agricultura, que ela de alguma forma constitui o fundo sonoro da história. Isso é particularmente nítido na obra de P. Goubert.[31] A tradução francesa do título da obra de Whilhelm Abel, *Crises agraires en Europe (XIIIe-XXe siècle)* (1974), estabelece todo um programa. Esse livro, cuja edição original data de 1935, e que foi objeto de várias reedições, constitui ainda uma referência.[32] O título original é um pouco diferente daquele assimilado pelos tradutores: *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur,* ele remete também à noção de conjuntura.

Como notava W. Abel, há crises e crises. As crises de vendas fracas e de preços baixos preocupam os agricultores e os proprietários. Os escritos de Boisguilbert testemunham essa preocupação na virada dos séculos XVII e XVIII. As crises de preços caros pesam, pelo contrário, sobre os consumidores e mais particularmente os consumidores rurais – os jornaleiros sem-terra, ou que dispunham apenas de um pequeno lote. Às vezes os dois fenômenos se sucedem rapidamente, como durante o período 1846-1857. A historiografia luta então para desvendar o impacto respectivo dos diferentes fenômenos (Cf. Lévêque, 1983), tanto mais que essas crises, cujos motores são muito diversos, não golpeiam todos os setores da sociedade e da agricultura simultaneamente e nem com a mesma violência. A título de exemplo, e para ficarmos no espaço francês, a crise do vinho da década de 1780, que se traduz por um colapso dos preços do vinho, nada tem a ver com a crise do oídio de meados do século XIX, ou com

30 Para um vislumbre em língua francesa desses debates, ver Béaur (1998). Várias obras e trabalhos recentes relançaram mais uma vez o debate. Ver Broadberry *et al* (2015) e Clark (2018).

31 Ver também Le Roy Ladurie (1974).

32 O título da edição original é *Agrarkrisen und Agrarkonjunktur. Eine Geschichte der Land – und Ernährungswirtschaft Mitteleuropas seit dern hohen Mittelalter.*

aquela do filoxera dos anos 1875-1895. Além disso, seja qual for o motor da crise, seus efeitos sobre um setor específico da agricultura são muito variáveis. Eles dependem em particular da duração da crise. Às vezes um setor se reergue rapidamente, às vezes ele é puramente e simplesmente liquidado, às vezes os agricultores reorientam ou reorganizam parcialmente ou totalmente os sistemas produtivos. Enfim, os grandes e pequenos agricultores não estão no mesmo barco, como lembra Maurice Aymard (1983) para o período moderno e Niek Koning (1994) para o período contemporâneo.

Mas o curto prazo ainda tem algo a dizer sobre as dinâmicas de crescimento. Uma sucessão de colheitas cerealíferas medíocres ou más, como aquelas que atingem uma parte da Europa no fim dos anos 1760, em meados dos anos 1770 ou durante o período 1853-1856, constitui o indício dos limites e da fragilidade das dinâmicas de crescimento de longo prazo. De forma inversa, as vendas fracas e os baixos preços nos informam sobre os obstáculos que a comercialização dos produtos agrícolas encontra, ou, ao contrário, sobre o excesso estrutural da oferta. Deve-se então falar de crise comercial ou de crise agrária? Em outros casos, uma crise industrial e/ou setorial ou o surgimento de produtos substitutos pode levar dificuldades para os agricultores que fornecem as matérias-primas à indústria. Tais crises podem provocar o desaparecimento de setores inteiros do sistema agrário. O índigo põe fim ao reino do pastel desde o final do século XVI, antes que os corantes químicos invadam o mercado na segunda metade do século XIX. Deve-se então falar em crise de origem industrial?

Nesse sentido, o curto e o médio prazo podem ser reveladores das dinâmicas de crescimento agrícola e dos obstáculos, meteorológicos, técnicos, institucionais etc., aos quais se chocam os sistemas agrários. Em certos casos, as crises de curto prazo nos indicam que essa dinâmica de crescimento é bloqueada por obstáculos de ordem comercial ou industrial. Mas a análise da dinâmica de crescimento deve-se inscrever no longo prazo, sob o risco de confundir dificuldades passageiras ou bem-estar fugaz com movimentos de longa duração.

A chave, ou o ponto de partida, para apreciar o alcance desse conjunto de interrogações reside no que foi, e é ainda às vezes, uma das ideias mais influentes da história agrária do período moderno e contemporâneo. Por vezes combatida, por vezes retomada avidamente pelos historiadores ruralistas, essa ideia central questiona a ultrapassagem dos limites de população malthusianos no século XVIII, quiçá, em certas regiões, desde os séculos XVI-XVII. Não temos a pretensão de discutir aqui os méritos da teoria de Malthus, nem em sua versão inicial, nem em sua versão *ricardiana*. Vamos nos contentar em resumi-la em algumas palavras, correndo o risco de caricaturá-la: quando a população aumenta, as terras marginais, isto é, as terras menos produtivas, são progressivamente cultivadas. Esse processo se mantém até o momento no qual a extensão das superfícies não permite mais encarar o ritmo de crescimento da população. Uma crise ocorre, o pêndulo da população reinicia-se em sentido inverso, restabelecendo o equilíbrio entre subsistências e população. O declínio da produtividade marginal da terra, que um aumento da quantidade de trabalho não pode compensar, encontra-se, pois, no coração do esquema malthusiano.

Ora, a partir do século XVI, o malefício malthusiano foi progressivamente rompido, pelo

menos na Europa. Se excetuarmos a fome irlandesa, que possui um caráter absolutamente particular, a Europa ocidental escapa definitivamente às fomes no século XVIII, às vezes antes. Pela primeira vez, no quadro de uma *advanced organic economy,* não apenas os antigos tetos estouram de forma duradoura, mas, como indica Edward Antony Wrigley, o crescimento agrícola favorece o do conjunto da economia fornecendo mais matérias-primas à indústria.[33] Sem dúvida há períodos de preços altos mais ou menos pronunciados segundo as regiões, mas os sobressaltos do mercurial não provocam mais tragédias comparáveis como àquelas da baixa Idade Média, do final do século XVI ou do século XVII.[34] Parece que, cedo ou tarde, os campesinatos da Europa do Oeste encontraram o meio de deter o declínio da produtividade marginal da terra. A partir de 1960, várias obras vão permitir reinterrogar essa sequência a novos custos.

De forma bastante paradoxal, não é da história rural que vão vir as principais críticas ao esquema de Malthus, e as explicações mais inovadoras da decolagem da agricultura europeia – ou de uma de suas partes.[35] É para a economia que é preciso se voltar. Vários trabalhos – que reencontraremos mencionados neste volume, às vezes implicitamente, às vezes explicitamente – vão desempenhar um papel importante na evolução da historiografia europeia.[36]

A obra de E. Boserup, *The Conditions of Agricultural Growth*, publicada em 1965, marca uma virada. A autora inverte a lógica malthusiana. Ela indica que "um dos principais objetivos de (sua) obra é mostrar que o desenvolvimento demográfico é o fator determinante essencial das mudanças tecnológicas ocorridas na agricultura" (Boserup, 1970). Assim, longe de ser unicamente a causa recorrente das crises de subsistência, o crescimento da população constitui, sobretudo, o motor do crescimento da produção no longo prazo. A crítica de E. Boserup quanto ao esquema malthusiano é sem concessão. Ela subverte-o completamente afirmando, ao menos implicitamente, que a fertilidade das terras não é uma variável independente, um dado natural fixado irreversivelmente pelas "faculdades produtivas e imperecíveis do solo", para retomar os termos de David Ricardo (1977 [1817], p. 57), que determinaria o grau de intensificação das práticas agrícolas. Pelo contrário, é a intensificação das práticas agrícolas, sob o efeito da pressão demográfica, que aumenta o grau de fertilidade das terras.

33 A expressão "*advanced organic economy*" é empregada por Wrigley (2006).

34 Sobre a cronologia das fomes na Europa, ver Alfani e O'Grada (2017).

35 Eu não tenho a pretensão de oferecer aqui um olhar exaustivo sobre as evoluções da historiografia, mas de apontar algumas das obras cuja influência na historiografia europeia é inegável. Para complementos bibliográficos, convido o leitor a se voltar para os artigos dos diferentes colaboradores.

36 Na medida em que este artigo não é consagrado às fomes, não evocaremos aqui os trabalhos de Sen. Ver em particular Sen (1981).

A intensificação das práticas agrícolas provoca o declínio da produtividade do trabalho, mas não determina em si mesma a miséria das populações. A ideia de E. Boserup é bastante simples. Nas sociedades que ela qualifica como "primitivas", os indivíduos se dedicam apenas ocasionalmente à agricultura, reservando a maior parte do seu tempo ao prazer ou a outras atividades. É apenas sob o império da necessidade que eles adotam práticas agrárias mais intensivas. Ela coloca além disso uma outra ideia muito importante que se choca com o esquema malthusiano. O aumento da população não provoca imediatamente o cultivo de terras cada vez menos produtivas. A intensificação das práticas agrícolas concerne em primeiro lugar as terras já cultivadas. Sendo objetivo dos agricultores não trabalhar excessivamente, não se trata de empreender desmatamentos ou pior, desflorestamentos excessivos, mas de proceder a uma intensificação das culturas sobre as terras já cultivadas.

> Uma população rural em expansão não produz seu suplemento de víveres aumentando o número de aragens ou capinando campos que até então não o haviam sido. Ao invés de recorrer a tais variações de métodos que não aumentariam em nada o rendimento, os cultivadores que praticam o pousio curto tem mais tendência a consagrar uma parte de suas terras à colheita anual [...]. Dito de outra forma, o suplemento de trabalho será utilizado como meio de transformação radical do sistema de cultura numa parte do território considerado, enquanto que nenhuma mudança será efetuada nas outras zonas desse território. (Boserup, 1970, p. 34-35)

A esse questionamento radical do esquema malthusiano proposto por E. Boserup (1970), é preciso associar a obra maior de Bernard Slicher van Bath, *The Agrarian History of Western Europe, AD 500-1850*, publicada em inglês em 1963. Bem cedo M. Morineau (1968) sentiu a importância dos trabalhos de B. Slicher van Bath por duas razões. De um lado, confirmava suas análises, segundo as quais não havia tido crescimento dos rendimentos na França durante o período moderno, de outro lado, louvava o método do historiador, que se tinha apegado a reconstituir as evoluções da relação entre a colheita e o semeio, na longuíssima duração, um meio milênio – quiçá um milênio -, nos diferentes países da Europa. Nunca econômico em críticas metodológicas, M. Morineau (1968) apontava as fraquezas do trabalho de B. Slicher van Bath, mas reconhecendo seu extraordinário potencial e a fineza de suas análises. *The Agrarian History of Western Europe* consagrou a reputação internacional do autor. Colocando no centro sua análise a reatividade dos sistemas agrários aos estímulos agrícolas (às modificações das relações de preço), esse último estava capacitado para dar conta das condições do crescimento agrícola nas Províncias Unidas e na Inglaterra na época moderna. Assim fazendo, abria a via a uma literatura imensa que iria fazer dos Países Baixos e da Inglaterra os locais onde, pela primeira vez, a humanidade havia superado as crises malthusianas. Em si essa ideia não era nova, mas tomava um aspecto totalmente novo. O trabalho de B. Slicher van Bath deixava, contudo, pendentes várias interrogações. Sem dúvida,

o primado da economia era afirmado com força, mas o papel do crescimento da população e dos progressos tecnológicos não estava claramente determinado.

A terceira etapa do questionamento dos esquemas malthusianos sobreveio cerca de dez anos mais tarde. Em obra lançada em 1973, *The Rise of Western World: a New Economic History,* traduzido em francês em 1980, Douglass North e Robert Thomas levantavam a hipótese de que a definição e as garantias do direito de propriedade estavam na raiz do desenvolvimento econômico das Províncias Unidas e da Inglaterra na época moderna. Se conformando ao esquema estabelecido por B. Slicher van Bath, eles afirmavam que as Províncias Unidas haviam sido pioneiras na matéria.[37] Ao destacarem o papel das instituições destinadas a garantir e a definir os direitos de propriedade, eles concediam ao progresso tecnológico apenas um papel marginal. Esses dois autores insistiam além disso sobre o "papel primordial desempenhado pelo crescimento demográfico no espaço e no tempo" (North; Thomas, 1980, p. 159).[38] O crescimento da população constituía de fato um requisito para o crescimento econômico na medida em que ele levava a uma redução dos custos associados à utilização dos mecanismos de mercado enquanto meio de alocação dos recursos.

A diminuição dos custos de transação ligada ao crescimento demográfico e o estabelecimento de instituições aptas a definir os direitos de propriedade, a garantir o livre uso da propriedade e a execução dos contratos, constituíam, portanto, aos olhos de D. North e de R. Thomas, os motores do crescimento de longo prazo das Províncias Unidas e da Inglaterra a partir dos séculos XVI-XVII. O progresso técnico e as inovações agronômicas eram apenas as consequências desse duplo movimento. Torna-se desde então possível explicar, por um lado, porque as sociedades medievais foram incapazes de superar os obstáculos malthusianos (a fome, a peste e a guerra) e, de outro lado, porque a Inglaterra e as Províncias Unidas constituíram o epicentro da segunda revolução agrícola.

Como indicam incidentemente D. North e R. Thomas para explicar a fragilidade de sua demonstração, não é o seu trabalho que é preciso questionar, mas o dos historiadores. Eles retomavam de alguma forma a crítica que F. Braudel dirigia a P. Goubert:

> A abordagem especializada da história é em parte a origem da falta deplorável de informações consequentes sobre os eventos importantes ocorridos durante esses dois séculos (1500-1600). Muitos historiadores informados cederam a essa moda que quer que tratemos com desprezo os fatos gerais; eles preferem se dedicar ao estudo altamente detalhado de um país ou de

37 Se North enriqueceu consideravelmente sua bibliografia desde o começo dos anos 1970, no fundo a lógica do seu pensamento não mudou.

38 Os autores o indicam de maneira muito clara: "O parâmetro dominante que trouxe as inovações institucionais, causas do crescimento da economia ocidental era o crescimento demográfico". (North; Thomas, 1980, p. 17).

> uma região durante um período preciso da história (North; Thomas, 1980, p. 145).

O desvio pela longa duração em B. Slicher van Bath e sobretudo em D. North e R. Thomaz é duplamente importante. Ele permite em primeiro lugar propor esquemas explicativos válidos para o conjunto dos países europeus. Mas o aspecto mais importante dessa abordagem liga-se ao fato de que em última análise eles atribuem um lugar bastante menor ao progresso técnico e às inovações agronômicas, é particularmente nítido em D. North e em R. Thomaz. A complexificação das rotações, que ocupava ainda um lugar central em E. Boserup, é apenas um elemento marginal no quadro de sua demonstração. Esse viés requer um complemento de explicação.

Como faz observar B. Slicher van Bath, as inovações mais importantes que estão na raiz da revolução das forragens, que qualificamos às vezes de segunda revolução agrícola, não apareceram no quarto Noroeste da Europa. Sua origem está na Itália do Norte. É pelas Flandres e não pelas Províncias Unidas que elas atingem a Europa do Norte. Nada indica que a Holanda e o Norfolk tenham desempenhado um papel pioneiro sob esse ponto de vista. M. Bloch já o fazia observar em seus *Caractères originaux*. Mas, em última análise, essa briga de anterioridade não tem estritamente nenhum interesse para o questionamento de D. North e R. Thomaz. Que os agricultores da Lombardia e do contado veneziano da época moderna tenham sido os primeiros a introduzir as leguminosas nas rotações não significa que eles tenham estabelecido um sistema revolucionário. A plena realização das potencialidades da segunda revolução agrícola não dependia da disponibilidade das técnicas, mas da instauração, no seio de uma economia de mercado, de instituições favoráveis ao crescimento, isto é de instituições suscetíveis de definir claramente e garantir os direitos de propriedades, e de assegurar a execução dos contratos.

É no quadro dessa problemática que se situar a briga historiográfica sobre os cercamentos e a evolução dos rendimentos que existe há mais de meio século na Inglaterra.[39] Para D. North e R. Thomaz, a questão não é de saber se os cercamentos constituem um avanço técnico. Além disso, como demonstrou Robert Ellen desde 1982, as fazendas em terras de uso comum conseguiam realizar performances comparáveis àquelas que se inscreviam em sistemas agrários caracterizados pelo cercamento dos campos.[40] Segundo esse autor, os cercamentos não levaram a um aumento das performances das fazendas, mas provocaram uma redistribuição das rendas em favor dos proprietários de terras.

39 Para uma visão geral em língua francesa sobre essa questão, ver Béaur (1998).

40 Ver também Allen (1992).

A questão essencial é, portanto, saber se, pela afirmação dos direitos dos proprietários, os cercamentos permitiram à segunda revolução agrícola cumprir todas as suas promessas. Parece que D. North, R. Thomaz (1980) e seus epígonos respondem positivamente. Essa questão concerne além disso o conjunto das atividades econômicas. Na época moderna, na Holanda primeiro, e depois na Inglaterra, "os ganhos industriais e os ganhos agrícolas se deveram à instalação de um dispositivo mais produtivo de direitos de propriedade, tanto no plano dos fatores de produção como no de produtos" (*Ibidem*, p. 212).[41] D. North e R. Thomaz acrescentam mais longe que na ausência desse dispositivo "um procedimento técnico tendendo a melhorar um setor da produção será descoberto apenas por acidente, erro ou tentativas empíricas, mas em caso algum um industrial financiará pesquisas, enquanto qualquer outro industrial concorrente estará em medida de se beneficiar dos ganhos desse procedimento" (*Ibidem*, p. 214).

A definição dos direitos de propriedade e sua consolidação constituem, portanto, os motores do progresso econômicos, e é na Holanda e depois na Inglaterra que a conjunção dos astros ocorreu. Para além das tomadas de posição que essa teoria pode inspirar, não é preciso fazer nenhuma prova de imaginação para captar a atualidade dessas questões. Que pensemos aos "organismos geneticamente modificados" (OGM) e aos pesticidas que lhes são associados, por exemplo, ou ainda aos diferentes projetos que visam introduzir em certos países "menos avançados" (PMA) sistemas de direitos de propriedades qualificados de moderno.

A teoria de D. North e de R. Thomaz teve por efeito fazer emergir a ideia de uma "pequena divergência" entre a Europa do Norte-Oeste, estritamente circunscrita à Holanda e à Inglaterra, e o resto do continente europeu. Uma primeira precisão se impõe. O conceito de "pequena divergência" remete ao fato de que os níveis de vida das populações inglesas e holandesas aumentaram durante o período moderno, ou seja, antes da revolução industrial. Em um artigo publicado em 2001, R. Allen demonstrou que os salários reais urbanos nesses dois países decolam a partir do século XVII, enquanto que eles estagnam, quiçá regridem nos outros países europeus. Se o método retido e os resultados expostos nesse artigo suscitaram muitas interrogações, esse trabalho constitui o ponto de partida de uma vasta literatura que visa explicar melhor as condições da decolagem econômica das diferentes nações europeias.[42]

Essa questão ultrapassa, portanto, largamente o campo da história rural, mas na medida em que na época moderna a agricultura representa uma atividade econômica

41 Retemos nesse trecho a tradução francesa lançada em 1980 que é por vezes decepcionante.

42 Esses trabalhos vêm utilmente completar as interrogações consecutivas à publicação da obra de Kenneth Pomeranz que busca explicar porque a Revolução industrial ocorre a partir de 1750 na Inglaterra e não na China.

essencial, a história agrária tem algo a dizer.[43] A essa época, sob o efeito das mudanças institucionais, de que os cercamentos constituem apenas uma das expressões, a Holanda e a Inglaterra teriam registrado simultaneamente um crescimento demográfico sem precedente e uma elevação dos níveis de vida totalmente inédita. Nisso, se, como D. North e R. Thomas afirmam, é realmente nessas regiões e graças ao estabelecimento de um sistema de definição e de garantia dos direitos de propriedade que esses dois fenômenos ocorrem, claro está então que os tetos malthusianos estouram pela primeira vez.

Sem questionar a ideia de uma "pequena divergência", Ulrish Pfister (2017) pode analisar o alcance desse conceito para explicar a posição da Alemanha. Em sua perspectiva, ao menos uma parte da Alemanha escapa ao mecanismo malthusiano desde o século XVIII. Demonstra que em particular em Hamburgo a evolução dos salários durante o período moderno é comparável àquela que observamos nas cidades inglesas e neerlandesas.

Novamente focalizando nossas interrogações sobre a questão do crescimento agrícola no espaço francês, o problema complica-se singularmente pela diversidade geográfica do país. É incontestável que as planícies do Artois, do Hainaut etc. conheceram desde o começo do século XVIII altas de rendimento comparáveis àquelas das melhores fazendas holandesas ou inglesas (Cf. Delleaux, 2012). Enfim, o trabalho de P. Hoffman (1996) indica claramente que existem ao menos dois regimes agrários na França, um mais ou menos estacionário, o outro, centrado na Bacia parisiense, bastante petulante.

Se o que é impressionante na obra de D. North e R. Thomas é o caráter subordinado do progresso técnico, na mesma época, no começo dos anos 1970, Yujiro Hayami e Verton Ruttan (1984; 1998) enfatizaram pelo contrário a importância da inovação induzida nos processos de modernização agrícola no século XX. Segundo esses dois autores, as evoluções de preços relativos dos fatores de produção e dos produtos provocam o surgimento de inovações técnicas que constituem a matriz do crescimento agrícola.[44] Sem questionar a importância das instituições, eles consideram, contrariamente a D. North e R. Thomas, que as necessidades da implementação de progressos técnicos induzem a um jogo de ida e volta as inovações institucionais que não repousam sempre na afirmação dos direitos de propriedade e numa lógica puramente mercantil.

Segundo Y. Hayami e V. Ruttan (1984; 1998), para dar conta do desenvolvimento agrícola no qual as evoluções técnicas são endógenas ao processo de desenvolvimento econômico, é preciso admitir que há uma multiplicidade de vias possíveis de desenvolvimentos

43 A literatura sobre a "pequena divergência" é grande. Contentarmo-nos em indicar três_trabalhos recentes: Alvarez-Nogal, Prado de la Escosura e Santiago-Caballero (2016), De Pleijt e Van Zanden (2016) e Ridolfi (2016, p. 5-58).

44 Essa apresentação é bastante redutora das reflexões de Hayami e Ruttan (1984; 1998).

técnicos. As diversas inovações tecnológicas devem, portanto, ser consideradas como meios destinados a favorecer a substituição dos fatores de produção raros – portanto caros – por fatores de produção relativamente abundantes – portanto baratos. O processo de implementação do progresso técnico na agricultura parece assim como uma resposta às restrições impostas pelo clima e pelo ambiente - a dotação em recursos – às quais faz face a agricultura de uma região ou de um país.

Fazendo explicitamente um desvio por Karl Marx, cuja obra, "todas as considerações ideológicas colocadas à parte", é atual "em razão do papel crucial que ele atribui ao progresso técnico na moldagem das instituições" (Hayami; Ruttan, 1998, p. 44), eles afirmam que a capacidade de uma sociedade de implementar uma tecnologia adaptada à sua dotação em recursos constitui a variável chave da qual depende o crescimento da produção agrícola de um país ou de uma região (Hayami; Ruttan, 1984). Fazendo assim, legitimam a atenção dos historiadores ruralistas para estudar com precisão a estrutura e a diversidade dos sistemas agrários e as regras institucionais nas quais eles se inserem.

Eles se afastam um pouco mais da ideia de que as vistas panorâmicas e desterritorializadas são as únicas válidas, observando que a elaboração de uma teoria fecunda sobre o desenvolvimento agrícola deve, primeiramente, abandonar a ideia de que a agricultura é fundamentalmente estática nas sociedades pré-modernas ou tradicionais (Hayami; Ruttan, 1998, p. 75). De fato, como dar conta dessa labilidade dos sistemas agrários, sem observá-los com uma grande precisão e sem levar em conta os efeitos do meio e das adaptações institucionais necessárias à adoção das tecnologias novas? Os estudos de Y. Hayami e de V. Ruttan enfatizam enfim a complexidade dos processos de inovação técnica na agricultura. Não se pode reduzi-los à adoção de uma técnica específica ou de um novo instrumento. Para dar conta deles, é preciso considerar a instituição coordenada de um feixe de inovações que suportem conjuntamente os processos de crescimento agrícola.

Ainda que os trabalhos de Y. Hayami e de V. Ruttam se concentrem prioritariamente no período do pós-guerra e se inscrevam numa vasta corrente que objetiva reinterrogar as vias do crescimento nos países em via de desenvolvimento e o papel das instituições públicas no processo de desenvolvimento agrário, é possível reinterrogar os fenômenos de crescimento agrícola a partir de suas observações. Assim, sem que todos os autores façam, aqui mesmo, explicitamente menção a essa abordagem, veremos que esse tipo de interrogações perpassa numerosas contribuições.

Reencontramos em *Alternative Agriculture,* de Johan Thirsk (1997), a atenção aos movimentos relativos dos preços dos fatores e dos produtos. Essa ideia, muito importante, permite romper parcialmente a ligação entre crescimento agrícola e problemáticas estritamente malthusianas. A história agrária, analisa a autora, se preocupou essencialmente dos dois setores dominantes que são o cultivo de cereais e a pecuária, que ela chama

mainstream agriculture (agricultura dominante).[45] Focando aproximadamente um milênio, ela distingue quatro fases de agricultura alternativas caracterizadas pelo recuo da agricultura dominante. A primeira fase é consecutiva ao colapso demográfico provocado pela peste negra. Ela termina no final do século XV. A segunda cobre o período de depressão 1650-1750. A terceira começa no fim dos anos 1870, quando os grãos americanos submergem uma parte da Europa, ela termina por volta de 1939-1945. A última fase é contemporânea, que vê florescer, entre outros, terrenos de golfe sobre as terras outrora ocupadas por cultivos de cereais ou a pecuária.

Segundo J. Thirsk, ao longo dos períodos de depressão a agricultura dominante, centrada nos cereais destinados à alimentação humana e na pecuária, recua em proveito de culturas ou atividades alternativas. Inversamente, quando o preço das matérias-primas alimentares sobe novamente, os camponeses semeiam novamente os campos e/ou se voltam novamente para a pecuária.[46] Essas inflexões produtivas são comandadas pelas evoluções dos preços relativos. Poucos colaboradores fazem, aqui mesmo, explicitamente referência à obra de J. Thirsk, mas não podemos deixar de pensar nela lendo as contribuições de W. Ronsijn, Anne-Lise Head-König, Piet van Cruyningen, Llorenç Ferrer-Alòs ou ainda Giuliana Bagioli.

Antes de concluir, é preciso retornar a um autor absolutamente importante, que trabalhou, nos passos de B. Slicher van Bath, na difusão da história rural neerlandesa, depois desempenhou um papel eminente na evolução da história econômica desses últimos trinta anos.

Na obra que ele publicou em inglês em 1974, *The Dutch Rural Economy in the Golden Age*, Jan de Vries afirmava que a emergência da especialização – leiteira em particular – conjugada ao aumento da superfície das fazendas constituía o motor do crescimento da agricultura neerlandesa entre 1500 e 1700. A inventividade e o labor das populações neerlandesas desempenharam um papel primordial nesse processo de crescimento agrícola. Encontraremos ecos dessa tese na contribuição de P. van Cruyningen. A despeito da influência que ele exerceu no exterior, essa obra é praticamente desconhecida na França.

Não ocorre o mesmo com o artigo, publicado em 1994, no qual J. de Vries apresenta a ideia segundo a qual o crescimento da economia na Europa do Norte-Oeste era uma consequência da "revolução industriosa":[47] na cidade como no campo, as populações aumentaram simultaneamente sua oferta de trabalho e sua oferta de produto. Apoiando-se na "*theory of allocation of time*" de Gary Becker, J. de Vries explicou que os lares do Noroeste-

45 Por exemplo, em Thirsk (1997, p. 7).

46 Em si essa ideia não é necessariamente muito nova, a reencontramos em Abel e Slicher van Bath, por exemplo. Thirsk tem o mérito de ter proposto um esquema global de interpretação cuja validade pode ser contestada.

47 Republicado em 2008. Ver também J. de Vries (1993). É preciso ler em complemento a esses trabalhos, um artigo já antigo de Mokyr (1977).

da Europa (Países Baixos e Inglaterra em particular) aumentaram sua oferta de trabalho tendo em vista produzir bens destinados ao mercado, e que em contrapartida, eles compraram bens de que eles podiam se abastecer no mercado.

Se os trabalhos publicados por J. de Vries se inserem na evolução da historiografia sobre a revolução industrial, os historiadores ruralistas não estiveram insensíveis aos seus atrativos como o provam aqui mesmo várias contribuições.[48] Foram em particular os historiadores do Norte da Europa que reinvestiram esse conceito com mais ansiedade, seja para criticá-lo, seja para demonstrar que o tempo de trabalho das populações do Norte da Europa havia efetivamente aumentado desde o século XVIII. No quadro dessa hipótese, e supondo que ela esteja verificada, o crescimento da produção agrícola seria em parte, se é que não totalmente, o fruto, às vezes amargo, de um trabalho mais longo e mais intenso que teria permitido a comercialização de uma parte crescente da produção agrícola.

A acolhida que os historiadores ruralistas franceses reservaram aos diferentes trabalhos que evocamos e a muitos outros (pensamos nos trabalhos de P. Hoffman, aos de E. Wrigley, ou ainda aos trabalhos sobre os fluxos metabólicos conduzidos na Espanha e na Áustria)[49], não reflete sua influência no exterior. A obra de J. Thirsk, por exemplo, não encontrou na França o interesse que ela merecia. Apenas Jean-Pierre Poussou (1999) se esforçou por ecoá-la numa longa nota crítica ao cabo da qual ele pedia pesquisas inovadoras sobre "as outras agriculturas". Até muito recentemente, ele não inspirou muitas vocações.[50] Podemos dizer a mesma coisa de quase todos os autores que citamos e de numerosos outros que deixamos de mencionar. E, no entanto, quantos debates ou questionamentos possíveis. A situação é tanto mais crítica que de agora em diante é fora do hexágono que acontece uma grande parte das pesquisas relativas ao crescimento da agricultura francesa, do que é testemunha a contribuição de U. Pfister nesse volume.

48 É absolutamente impossível esboçar uma análise dos trabalhos que reinterrogaram a noção de *revolução industriosa.* Me contento, portanto, de remeter a um artigo recente que considera, entre outras, essa questão. Humphries e Weiskopf (2016).

49 Os trabalhos de Hoffman que têm autoridade no exterior não fizeram muitos discípulos entre os historiadores do mundo rural francês, apesar de constituírem um excelente antídoto contra uma visão fixista da agricultura. Podemos, porém, citar o artigo de Le Goff e Sutherland (2000) (mas esses dois autores são respectivamente canadense – anglófono – e americano). Para Wrigley, além do artigo sobre a *organic economy* que já citamos, veja, em sua abundante bibliografia, o livro publicado em 2016. sobre os fluxos metabólicos conduzidos na Espanha e na Áustria, que concerne mais particularmente os séculos XIX-XXI, ver o artigo de síntese de Tello-Aragay e Jover-Avellà (2014). Essa corrente de pesquisa se inspira entre outros dos trabalhos de Georgescu-Roegen (*passim*).

50 É preciso observar que a coleção *Rural History in Europe* consagrou o número 16 (2020) à *alternative agricultores,* sob a direção de Gérard Béaur.

Podemos questionar a frieza com relação à história quantitativa, cujas virtudes teriam se esgotado. Porque, então, tantas publicações estrangeiras? As relações difíceis entre a história e a ciência econômica, agravadas pelo grau altíssimo de tecnicidade dos métodos econométricos e estatísticos, poderiam constituir uma outra explicação. Mas por essa conta, não explicamos a difusão da demografia histórica francesa, que não hesita em recorrer a métodos estatísticos mais ou menos sofisticados ou aos trabalhos de história antropométrica. Além disso, os métodos econométricos não são os únicos métodos quantitativos à disposição dos historiadores. As técnicas contábeis podem ser de um grande auxílio quando se trata de examinar a atividade dos domínios agrícolas conforme indicam os trabalhos de A. Antoine sobre as pequenas propriedades do Baixo Maine na época moderna ou o dossiê lançado em 2017 na revista *Entreprises et Histoire*.[51]

Para concluir, é preciso se interrogar sobre a dinâmica institucional e científica da história rural francesa e de seu lado agrário em particular. O exemplo inglês nos permitirá tecer uma comparação. Em 1998, Bruce Campbell e Mark Overton publicaram na revista *Histoire & Sociétés Rurales* um texto muito importante sobre a dinâmica da história agrária na Inglaterra.

Segundo esses dois autores, *L'Agrarian History of England and Wales* (AHEW) comporta numerosos defeitos. Eles apontam dois em particular: uma certa negligência pela longa duração e a prioridade dada às pesquisas sobre as condições da produção em detrimento das pesquisas sobre os níveis de produção e suas evoluções. Além dessas críticas, a AHEW representa segundo eles uma obra crucial. Frutos de um trabalho de quarenta anos mobilizando mais de setenta historiadores especialistas de todos os períodos, a AHEW, que conta não menos de oito mil páginas, reagrupa contribuições originais e inovadoras. Ela constitui uma base de trabalho indispensável, não somente para os historiadores ingleses, mas também para os historiadores estrangeiros. Mas, sobretudo, longe de ser uma conclusão, ela participou da abertura de novas pistas de pesquisa. B. Campbell e M. Overton (1998, p. 91) podem assim concluir seu artigo por estas palavras:

> Em suma, esses trinta últimos anos viram a volta de uma rica colheita de história agrícola. Os historiadores especialistas de agricultura estiveram mais ativos do que nunca: as antigas perguntas foram reexaminadas, um maior uso da quantificação, metodologias novas e mais rigorosas foram elaboradas, várias fronteiras historiográficas foram desmanteladas.

Desde então, a história agrária inglesa não deixou de produzir novos dados e de se apoiar nos métodos comprovados pela econometria, num dialogo frutuoso com as ciências econômicas. Ela naturalmente encontrou seu lugar no conjunto dos debates contemporâneos na história econômica: o crescimento econômico, a pequena divergência, a revolução

51 Por exemplo, Antoine (2009). Para todo o período contemporâneo, ver Joly, Depecker e Labatut (2017).

industrial, a grande divergência, o crescimento dos salários e dos níveis de vida etc. Podemos nos perguntar se esse perpétuo processo de renovação não está essencialmente ligado à emergência, desde os anos 1950-1960, de uma geração de historiadores excepcionais? Mas após uma quinzena de anos, novas temáticas emergem na história das paisagens, na história ambiental, na história dos regimes alimentares.

Dirão que eu reproduzo no campo historiográfico a ideia frequentemente apresentada pelos historiadores ingleses da superioridade do modelo de crescimento inglês sobre o da França.[52] Nada disso. Eu poderia ter evocado a evolução da historiografia espanhola (L. Ferrer-Alòs; Rosa Congost; Ernesto Clar; Miguel Martin-Retortillo e Vicente Pinilla) ou ainda a da historiografia belga, italiana ou sueca (W. Ronsijn; G. Biagioli; M. Olsson e P. Svensson). Independentemente do fato de que a história rural francesa em sua dimensão agrária e econômica está muito frequentemente ausente das arenas internacionais, só podemos ficar impressionados com o contraste entre a Inglaterra e a França por duas razões. De um lado, o destino da *Histoire de la France rurale* contrasta violentamente com aquele da AHEW. Em 1977, François Sigaut (1977) lançava um grito de alarme. Durante dez ou vinte anos, predizia, a obra constituirá uma "bíblia" para os não especialistas. Ele era muito otimista pois é ainda o caso hoje. Mas, acrescentava, "essa bíblia é falsificada [...] Escolhendo apagar problemas e ignorâncias porque eles se dirigiam ao grande público, os autores assumiram grandes responsabilidades" (*Ibidem*, p. 74). Mais do que a ideia de uma história imóvel, é a ideia de uma história concluída que está em causa aqui. Ela é tanto mais significativa e perigosa que ela repete a ideia gêmea que eu evoquei mais acima: cada região, cada pequeno país, cada departamento tem, ou teve, seu especialista que esgotou o tema. O que dizer de novo nessas condições?

Mas então, tudo se resumiria a um problema de percepção da parte dos não especialistas? Se é preciso não negligenciar essa consideração, ela constitui apenas um dos dois elementos que explicam o fosso entre a historiografia inglesa, da qual eu destaco novamente o caráter significativo, mas não excepcional, e a historiografia francesa. Os historiadores ruralistas têm sua parte de responsabilidade. Eu evoquei acima, muito brevemente, os debates sobre os cercamentos e o crescimento da produção agrícola inglesa. Após vinte anos, como o previam B. Campbell e M. Overton em 1998, eles suscitaram muita energia. Longe de ficar parados, os historiadores ingleses não cessaram desde então de mobilizar *corpus* de fontes cada vez mais amplo e métodos de análise cada vez mais finos. De um lado, eles não hesitam em romper com a periodização da história tal como a universidade

52 Ver, esse respeito, Béaur e Chevet (2019). Para dizer a verdade, é quase inútil demonstrar que a diversidade francesa se dobra bastante mal a uma comparação das performances dos dois países.

francesa pratica.[53] Um mesmo autor, apoiando-se em seus próprios trabalhos e nos de seus colegas, tratará da Idade Média e do período contemporâneo. De outro lado, eles não hesitam a formular hipóteses que E. Wrigley (2006, p. 447) qualifica como heroicas, sobre os rendimentos, as superfícies cultivadas, as rotações, o número de gado, por exemplo, a fim realizar sua demonstração.

Não se trata, para esses autores, de acrescentar uma pedra a um edifício historiográfico venerável, trata-se sempre de propor novas abordagens, às vezes fecundas, às vezes estéreis, e de debater com tais colegas, ou tais grupos de colegas para demonstrar, se necessário, que eles interpretam mal os seus dados, utilizam mal uma fonte específica, se enganam de objeto, etc. Mas, tal iniciativa é imaginável apenas se tivermos claramente apresentado um problema e que propomos uma resposta, ou pelo menos um método para conseguir chegar a uma resposta. A história rural francesa, a história dos sistemas agrários em particular, parece, ao contrário, ser constituída de uma justaposição de células perfeitamente autônomas, sem ligação umas com as outras, como se cada região, cada período, cada objeto, cada pesquisador fossem dotados de qualidades únicas, especificas, próprias, incomparáveis, incomensuráveis, que proibissem o debate. É nesse sentido que a narrativa dos eventos ultrapassou a história-problema.[54]

Referências

ABEL, Wilhelm. *Crises agraires en Europe (XIII^e^-XX^e^ siècles).* Paris: Flammarion, 1974 [1935].

ALFANI, Luigi; O'GRADA, Cormac (Eds.). *Famine in European History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

ALLEN, Robert C. *Enclosure and the Yeoman:* The Agricultural Development of the South Midlands 1450-1850. Oxford: Oxford University Press, 1992.

ALLEN, Robert C. Métayage, farm productivity and the money economy: Some lessons from farm

53 Os historiadores também não hesitam a sair de seu campo de estudos inicial. Wrigley, que é sobretudo conhecido por seus trabalhos sobre a população, trabalha também com a revolução industrial e o crescimento agrícola. Esse exemplo está longe de ser único, como provam os percursos de Allen, Campbell e muitos outros.

54 Eu agradeço Niccolo Mignemi, Laurent Brassard, Gérard Béaur, Ronan Tallec e Luca Andreoni que, em ordem decrescente, gentilmente releram esse texto e me trouxeram preciosos conselhos para melhorá-lo. Eu sou claro o único responsável pelas insuficiências deste trabalho.

account analysis. *Agricultural History Review*, Suppl. – "A Common Agricultural Heritage? Revising French and British Rural Divergence", p. 67-82, 2009.

ALLEN, Robert C. The efficiency and distributional conséquences of the eighteenth century enclosures. *Economic Journal*, v. 92, n. 368, p. 937-953, 1982.

ALLEN, Robert C. The great divergence in European wages and prices from the Middle Ages to the First World War. *Explorations in Economic History*, v. 38, n. 4, p. 411-447, 2001.

ÁLVAREZ-NOGAL, Carlos, PRADOS DE LA ESCOSURA, Leandro; SANTIAGO-CABALLERO, Carlos. Spanish agriculture in the little divergence. *European Review of Economic History*, v. 20, n. 4, p. 452-477, 2016.

AMBROSOLI, Mauro. *The Wild and the Sown:* Botany and Agriculture in Western Europe, 1350-1850. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ANTOINE, Annie. *Le paysage de l 'historien*. Archéologie des bocages de l'Ouest de la France à l' époque moderne. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1994.

ARNOUX, Mathieu. *Le temps des laboureurs*. Travail, ordre social et croissance en Europe (XI^{e}-XIV^{e} siècle). Paris: Albin Michel, 2012.

AYMARD, Maurice. Autoconsommation et marchés. Chayanov, Labrousse ou Le Roy Ladurie? *Annales ESC*, v. 38, n. 6, p. 1392-1410, 1983.

AYMARD, Maurice. Positions et propositions. Une introduction au débat. *Histoire & Sociétés Rurales*, n. 3, 1º sem., p. 79-83, 1995.

BAEHREL, René. *Une croissance*. La Basse-Provence rurale (fin du XVI^{e} siècle-1789). Paris: SEVPEN, 1961.

BAIROCH, Paul. Les trois révolutions agricoles du monde développé. Rendements et productivité de 1800 à 1985. *Annales ESC*, p. 317-353, 1989.

BAULANT, Micheline. L'appréciation du niveau de vie. Un problème, une solution. *Histoire & Mesure*, v. 4, n. 3-4, p. 267-302, 1989.

BÉAUR, Gérard (Ed.). *La terre et les hommes*. France Grande-Bretagne, XVII^{e}-XVIII^{e} siècle. Paris: Hachette, 1998.

BÉAUR, Gérard. *Histoire agraire de la France au XVIII^{e} siècle*. Paris: SEDES, 2000.

BÉAUR, Gérard. Histoire économique, histoire des campagnes. Le renouveau d'un paradigme. In: DAUMAS, Jean-Claude (Ed.). *L' histoire économique en mouvement, entre héritages et renouvellement*. Lilles : Presses Universitaires du Septentrion, 2012.

BÉAUR, Gérard. L'histoire de l'économie rurale à l'époque moderne ou les désarrois du quanti- tativisme. Bilan critique. *Histoire & Sociétés Rurales*, n. 1, 1º sem., p. 67-97, 1994.

BÉAUR, Gérard. *Le marché foncier à la veille de la Révolution*. Les mouvements de propriété beaucerons dans les régions de Maintenon et de Janville de 1761 à 1790. Paris: Éd. EHESS, 1984.

BEAUR, Gérard; CHEVET, Jean-Michel. Les incertitudes de la croissance. Y a-t-il eu un modèle français du développement agricole? In: HERMENT, Laurent (Ed.). *Histoire rurale de l'Europe:* XVIe-XXe siècle. Paris: Éd. EHESS, 2019.

BEVERIDGE, Sir William. *Prices and Wages in England from the Twelfth to the Nineteenth Century*. Londres: Longmans; Green, 1939.

BLOCH, Marc. *Les caractères originaux de l' histoire rurale française*. Paris: Armand Colin, 1988 [1931].

BOEHLER, Jean-Michel. Une société rurale en milieu rhénan. La paysannerie de la plaine d'Alsace (1648-1789). Tome I et II. Strasbourg: Presses universitaires de Strasbourg, 1995.

BOMPARD, Jean-Pierre; MAGNAC, Thierry; POSTEL-VINAY, Gilles. Emploi, mobilité et chômage en France. Migrations saisonnières entre industrie et agriculture. *Annales ESC*, v. 45, n. 1, p. 55-76, 1990.

BOSERUP, Ester. *Évolution agraire et pression démographique*. Paris: Flammarion, 1970 [1965].

BOURRIGAUD, René; SIGAUT François. *Nous labourons. Actes du […]. Colloque Techniques de travail de la terre, hier et aujourd' hui, ici et là-bas*. Nantes, Nozay, Châteaubriant, 25-28 oct. 2006. Nantes: Centre d'Histoire du Travail, 2007.

BRAUDEL, Fernand. Beauvais et le Beauvaisis au xviie siècle. *Annales ESC*, v. 18, n. 4, p. 767-778, 1963.

BROADBERRY, Stephen; *et al. British Economic Growth 1270-1800*. Cambridge, Cambridge University Press, 2015.

CAMPBELL, Bruce; OVERTON, Mark. L'histoire agraire de l'Angleterre avant 1850. Bilan historiographique de l'état actuel de la recherche. *Histoire & Sociétés Rurales*, n. 9, 1º trim., p. 77-105, 1998.

CHEVET, Jean-Michel; LECOCQ, Sébastien; VISSER, Michael. Climate, grapevine phenology, wine production and prices: Pauillac (1800-2009). *American Economic Review*, v. 101, n. 3, p. 142-214, 2011.

CLARK, Gregory. Growth or stagnation? Farming in England, 1200-1800. *Economic History Review*, v. 71, n. 1, p. 55-81, 2018.

DE PLEIJT, Alexandra M.; VAN ZANDEN, Jan Luiten. Accounting for the little divergence: What drove economic growth in pre-industrial Europe, 1300-1800? *European Review of Economic History*, v. 20, n. 4, p. 387-409, 2016.

DE VRIES, Jan. Between purchasing power and the world of goods: Understanding the house- hold economy in early modern Europe. In: BREWER, John; PORTER, Roy (Eds.). *Consumption and the World of Goods*. London; New York: Routledge, 1993.

DE VRIES, Jan. *The Dutch Rural Economy in the Golden Age, 1500-1700*. New Haven: Yale University Press, 1974.

DE VRIES, Jan. The Industrial Revolution and the Industrious Revolution. *The Journal of Economic History*, v. 54, n. 2, p. 249-270, 1994.

DE VRIES, Jan. *The Industrious Revolution:* Consumer Behavior and the Household Economy, 1650 to the Present. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

DELLEAUX, Fulgence. *Les censiers et les mutations des campagnes du Hainaut français.* La formation originale d'une structure socio-économique (fin XVII e-début XIX e siècle). Namur: Presses Universitaires de Namur, 2012.

DÉSERT, Gabriel. Une société rurale au XIX e siècle. Les Paysans du Calvados, 1815-1895. New York: Arno, 1977. (Thèse d'État - Université Paris 1 Sorbonne, Paris, 1971).

DUBY, Georges; WALLON, Armand (Eds.). *Histoire de la France rurale*. Paris: Seuil, 1975-1977.

FARCY, Jean-Claude. *Les paysans beaucerons au XIX^{e} siècle*. Chartres: Sociétés archéologiques d'Eure-et-Loir, 1986. 2 tomes.

FEDERICO, Giovanni. *Feeding the World:* An Economic History of Agriculture, 1800-2000. Princeton: Princeton University Press, 2005.

FONTAINE, Laurence. Espaces, usages et dynamiques de la dette. Dans les hautes vallées dauphinoises (XVIIe-XVIIIe siècles). *Annales HSS*, v. 49, n. 6, p. 1375-1391, 1994.

FONTAINE, Laurence. *Histoire du colportage en Europe (XVe-XIXe siècle)*. Paris: Albin Michel, 1993.

FRÈCHE, Georges. *Toulouse et la région Midi-Pyrénées au siècle des Lumières*: vers 1670-1789. Paris: Cujas, 1974.

GOUBERT, Pierre. *Beauvais et le Beauvaisis de 1600 à 1730*. Contribution à l' histoire sociale de la France du XVIIe siècle. Paris: SEVPEN, 1960.

GOY, Joseph; LE ROY LADURIE, Emmanuel (Eds.). *Les fluctuations du produit de la dîme*. Paris: La Haye Mouton, 1973.

GOY, Joseph; LE ROY LADURIE, Emmanuel (Eds.). *Prestations paysannes, dîmes, rente foncière et mouvement de la production agricole à l' époque préindustrielle*. Paris : Éd. EHESS, 1982.

GRANTHAM, Georges. Divisions of labour: Agricultural productivity and occu- pational specialization in pre-industrial France. *Economic History Review*, v. 46, n. 3, p. 478-502, 1993.

GRANTHAM, Georges. The French cliometric revolution: A survey of cliometric contributions to French economic history. *European Review of Economic History*, v. 1, n. 3, p. 353-405, 1997.

HAYAMI, Yujiro; RUTTAN, Vernon. *Agriculture et développement. Une approche inter nationale,* Paris: Inra, 1998 [1971].

HEFFER, Jean; CHANUT, Jean-Marie; MAIRESSE, Jacques. La culture du blé au milieu du XIXe siècle. Rendement, prix, salaires et autres coûts. *Annales ESC*, v. 41, n. 6, p. 1273-1302, 1986.

HOFFMAN, Philip T. *Growth in a Traditional Society:* The French Countryside, 1450-1815. Princeton: Princeton University Press, 1996.

HOFFMAN, Philip T. Land rents and agricultural productivity: The Paris Basin, 1450-1789. *The Journal of Economic History*, v. 51, n. 4, p. 771-805, 1991.

HUBSCHER, Ronald-Henri. L'agriculture et la société rurale dans le Pas-de- Calais. Du milieu du xIx e siècle à 1914. Aras: Commission Départementales des Monuments Historiques du Pas-de-Calais, 1979-1980. 2 vols.

HUMPHRIES, Jane; WEISKOPF, Jacob. Unreal wages? A new empirical foundation for the study of living standards and economic growth in England, 1260-1860. *Discussion Papers in Economic and Social History*, n. 147. Oxford: University of Oxford, 2016.

JESSENNE, Jean-Pierre. *Les campagnes françaises*. Entre mythe et réalité. Paris: Armand Colin, 2006.

JOLLIVET, Marcel. À la recherche d'une sociologie du long terme. *Sociétés Contemporaines*, n. 1, p. 79-96, 1990.

JOLY, Nathalie; DEPECKER, Thomas; LABATUT, Julie (Eds.). L'entreprise agricole et sa gestion. Échos, structures et instruments (XIXe-XXe siècle). *Entreprises et Histoire*, v. 88, n. 3 – "L'Entreprise Agricole", p. 6-20, 2017.

KONING, Niek. *The Failure of Agrarian Capitalism*: Agrarian Politics in the UK, Germany, the Netherlands and the USA, 1846-1919. Londres; New-York: Routledge, 1994.

LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII e siècle*. Paris: Éd. Archives Contemporaines, 1984 [1933].

LE BRIS, David; TALLEC, Ronan, 2018, « The European marriage pattern and its positive consequences: Montesquieu-Volvestre, 1660-1789. 2018. En ligne: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3143762. Consultado en: mar. 2019.

LE GOFF, Tim; SUTHERLAND, Donald. What can we learn from leases? A preliminary view. *Histoire & Mesure*, v. 15, n. 3-4, p. 289-320, 2000.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. L'histoire immobile. *Annales ESC*, v. 29, n. 3, p. 673-692, 1974.

LE ROY LADURIE, Emmanuel. Les comptes fantatisques de Gregory King. *Annales ESC*, v. 23, n. 5, p. 1086-1102, 1968.

LEFEBVRE, Georges. *Études Orléanaises*. Tome I: Contribution à l' étude des structures sociales à la fin du XVIIIe siècle; Tome II: Subsistance et maximum (1789-an IV). Paris: Bibliothèque Nationale, 1962-1963. (Commission d'histoire économique et sociale de la révolution française, Mémoires et Documents, 15).

LEFEBVRE, Georges. *La Grande Peur de 1789*. Paris: Armand Colin, 1932.

LEFEBVRE, Georges. *Les paysans du Nord pendant la Révolution française*. Paris: Armand Colin, 1972 [1924].

LÉVÊQUE, Pierre. *Une société provinciale.* La Bourgogne sous la Monarchie de Juillet. Paris: Éd. EHESS, 1983.

MAGNAC, Thierry; POSTEL-VINAY, Gilles. Wage competition between agriculture and industry in mid-nineteenth century France. *Explorations in Economic History*, v. 34, p. 1-26, 1997.

MAYAUD, Jean-Luc. *La petite exploitation rurale triomphante*. France, XIXe siècle. Paris: Belin, 1999.

MEUVRET, Jean. *Le problème des subsistances à l' époque de Louis XIV*. Tome II: La production des céréales et la société rurale. Paris: Éd. EHESS, 1987.

MOKYR, Joel. Demand vs. supply in the Industrial Revolution. *The Journal of Economic History*, v. 37, n. 4, p. 981-1008, 1977.

MORICEAU, Jean-Marc. *Les fermiers de l'Île-de-France*. L'ascension d'un patronat agricole: XVe-XVIIIe siècle. Paris: Fayard, 1994.

MORINEAU, Michel. La productivité agricole du XIVe au XIXe siècle. *Annales ESC*, v. 18, n. 6, p. 1209-2012, 1963.

MORINEAU, Michel. *Les faux-semblants d'un démarrage économique*. Agriculture et démographie en France au XVIIIe siècle. Paris: Armand Colin, 1971.

MORINEAU, Michel. Y a-t-il eu une révolution agricole en France au XVIIIe siècle? *Revue Historique*, v. 239, n. 2, p. 299-326, 1968.

MORLON, Pierre; SIGAUT François, 2008. *La troublante histoire de la jachère*. Pratiques des cultivateurs, concepts de lettrés et enjeux sociaux, Dijon-Versailles, Éducagri-Quae. Neveux Hugues, 1974,

NEVEUX, Hugues. *Les grains du Cambrésis (fin du XIV e, début du XVII e siècle). Vie et déclin d'une structure économique*. 1973. Thèse (Doctorat) - Université Paris-Sorbonne, Lille, 1973.

NORTH, Douglass Cecil; THOMAS, Robert Paul. *L'essor du monde occidental*. Une nouvelle histoire économique. Paris: Flammarion, 1980 [1973].

PFISTER, Ulrich. The timing and pattern of real wage divergence in pre-industrial Europe: Evidence from Germany, c. 1500-1850. *Economic History Review*, v. 70, n. 3, p. 701-729, 2017.

PONI, Carlo. Azienda agraria e microstoria. *Quaderni Storici*, v. 13, n. 39, p. 801-805, 1978.

POSTEL-VINAY, Gilles. *La rente foncière dans le capitalisme agricole*. Analyse de la voie "classique" du développement du capitalisme dans l'agriculture à partir de l'exemple du Soissonnais. Paris: Maspero,

1974.

POSTEL-VINAY, Gilles. *La terre et l'argent.* L'agriculture et le crédit en France du XVIII e au début du XX e siècle. Paris: Albin Michel, 1998.

POUSSOU, Jean-Pierre. "L'agriculture alternative". À propos d'un livre de Joan Thirsk. *Histoire & Sociétés Rurales*, n. 12, p. 131-147, 1999.

REVEL, Jacques. Histoire et sciences sociales: les paradigmes des Annales. *Annales ESC*, v. 34, n. 6, p. 1360-1376, 1979.

RICARDO, David. *Des principes de l' économie politique et de l împôt*. Paris: Flammarion, 1977 [1817].

RIDOLFI, Leonardo. *The French Economy in the longue durée: A Study on Real Wages, Working Days and Economic Performance from Louis IX to the Revolution (1250-1789).* 2016. Thesis (PhD in Economics) – IMT School for Advanced Studies, Lucca, 2016.

ROSENTHAL, Jean-Laurent. *The Fruits of the Revolution*: Property Rights, Litigation and French Agriculture (1700-1860). Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

ROSTOW, Walt W. Reviewed Work: Prices and Wages in England from the Twelfth to the Nineteenth Century by William Beveridge. *The Journal of Modern History*, v. 12, n. 1, p. 91-93, 1940.

RUTTAN, Vernon; HAYAMI, Yujiro. Toward a theory of induced institutional innovation. *Journal of Development Studies*, v. 20, n. 4, p. 203-223, 1984.

SEN, Armartya. *Poverty and Famines:* An Essay on Entitlement and Deprivation. Oxford: Oxford University Press, 1981.

SIGAUT, François. *Histoire de la France rurale*. Tome III. La Pensée, n º 194, p. 71-76, 1977.

SLICHER VAN BATH, Bernard. *The Agrarian History of Western Europe, AD 500-1850*. London: Edward Arnold, 1963 [1960].

TELLO-ARAGAY, Enric; JOVER-AVELLÀ Gabriel. Economic history and the environment: New questions, approaches and methodologies. In: AGNOLETTI, Mauro; SERNERI, Simone Neri (Eds.). *The Basic Environmental History*. [S. l.]: Springer, 2014.

THIRSK, Joan. *Alternative Agriculture:* A History from the Black Death to the Present Day. Oxford: Oxford University Press, 1997.

THOEN, Erik. L'influence de l'histoire rurale française à l'étranger. Quelques remarques. *Histoire & Sociétés Rurales*, n. 3, 1º sem., p. 31-36, 1995.

TOUTAIN, Jean-Claude. La croissance inégale des régions françaises. L'agriculture de 1810 à 1990. *Revue Historique*, v. 590, n. 2, p. 315-359, 1994.

WRIGLEY, Edward Anthony. *The Path to Sustained Growth:* England's Transition from an Organic Economy to an Industrial Revolution. Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

WRIGLEY, Edward Anthony. The transition to advanced Organic Economy: Half a millenium of English agriculture. *Economic History Review*, v. 59, n. 3, p. 435-480, 2006.